

*Universidad Nacional de Colombia, sede Caribe*  
*Revista Cuadernos del Caribe*  
Número 30

**Racismo, violência política e práticas afrodiaspóricas de libertação**

Editores convidados:

Santiago Arboleda Quiñónez<sup>1</sup>; Dairo Sánchez-Mojica<sup>2</sup>; Andrea Espinal Gómez<sup>3</sup>

O racismo anti-negro próprio da modernidade colonial surgiu no contexto do comércio escravista realizado pelas metrópoles imperiais entre Europa, África e América (James, [1938] 2003; Williams, [1944] 2011 e [1979] 2010), mas, pelo que sabemos hoje, também se deu simultaneamente no oceano Pacífico, no oceano Índico e no Golfo Pérsico, chegando até a Rússia pelo “Mar Negro” (Allen, 2014; Clarence-Smith, 1989; Collins, 2008 e Hunwick, 2008). Não há dúvida de que essas últimas trajetórias planetárias do tráfico de escravos foram encobertas pela proeminência do eixo do Atlântico como horizonte

---

<sup>1</sup> Doutor em Estudos Culturais Latino-Americanos, professor da *Universidad Andina Simón Bolívar*, sede no Equador, coordenador da Cátedra UNESCO de Estudos Afro-Andinos, presidente da Associação de Pesquisadores Afro-Latino-Americanos e Caribenhos (AINALC) e membro da Associação Afro- grupo de trabalho de descendentes e propostas contra-hegemônicas do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

<sup>2</sup> Doutor em Estudos Culturais Latino-Americanos, professor do Vice-Reitor de Extensão da *Uniagustiniana* e do Mestrado em Estudos Sociais e Culturais da *Universidad El Bosque*, membro do grupo de pesquisa em Estudos Interculturais e Decoloniais da *Universidad de Antioquia*, de o grupo de pesquisa Diferenças e Desigualdades da *Universidad Central* e o grupo de trabalho Crise da civilização, reconfigurações do racismo, movimentos sociais afro-latino-americanos do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

<sup>3</sup> Socióloga, membro do grupo de pesquisa Estudos Interculturais e Decoloniais da *Universidad de Antioquia*.

convencional de sua compreensão, pelo “mito do comércio triangular”, como argumentou pioneiramente Manuel Zapata Olivella ([1977] 2020 e [1989] 2020).

A nosso ver, o racismo é um modo de valoração baseado em imagens, discursos e práticas supremacistas que operou como elemento fundamental para a acumulação de capital no sistema-mundo (Quijano, 2014; Balibar e Wallerstein, [1988] 1991). É tudo menos um fenômeno superestrutural que possa ser catalogado como acessório ou como uma mera questão de reconhecimento na linguagem liberal “politicamente correta”; pode-se dizer que é constitutivo dos circuitos ampliados de acumulação de capital. Porque, com base no racismo, foi diagramado um *mecanismo global de superexploração* que, como tal, não foi ordenado desde o início em função da relação capital-salário, mas codificado através da relação capital-escravidão, resultando em extraordinárias margens de lucro e na disposição de sistemas de privilégios que ainda hoje perduram.

De fato, a existência da relação capital-salário nos centros industriais metropolitanos (Williams [1979] 2010) e nas cidades coloniais letradas ao redor do mundo só foi possível como correlato da relação capital-escravidão nas diversas periferias de cada território específico (ou seja, no espectro de seu *hinterland* relativo), especialmente em plantações, minas e fazendas, além de uma multiplicidade de ofícios urbanos e portuários, entre os quais se destacam as obras de infraestrutura pública. Todos os trabalhos que depois foram sobrecodificados com base na relação capital-salário, sem que, de qualquer forma, a marca indelével das hierarquias associadas aos legados escravistas na ordem colonial, nacional e imperial fosse transformada. Nesse sentido, o capitalismo global não surgiu nem se desenvolveu como a *superação liberal da escravidão*, mas como um dispositivo articulado a esse mecanismo despótico de domínio e governo das populações, sempre legitimado pelo racismo.

Em consequência, racismo e capital fazem parte de uma mesma formação assimétrica de poder que se expressa de maneira singular em diferentes momentos históricos e cenários geográficos particulares, pois, em todo caso, não circula de modo uniforme e

indiferenciado (Robinson [1983] 2019 e Segato, 2007). Tal formação de poder se cristaliza em temporalidades e distribuições espaciais abigarradas que envolvem diferentes regimes de representação tanto da alteridade quanto da ipseidade colonial e republicana. Sua concretização tem a ver com histórias locais, correlações regionais de forças políticas, práticas de distinção social, imagens de branquitude e derivações situadas de racialização de corpos, povos e paisagens.

Por tudo isso, as articulações entre racismo e capital mobilizam uma diversidade de designs globais, nacionais e locais; além disso, desencadeiam como contraponto múltiplas práticas afrodiaspóricas de libertação. Essas práticas incluem formas de resistência, estratégias de cimarronagem, autossuficiências íntimas, experiências de organização social, autonomias econômicas, pensamentos cantados, ricas oralituras, matrizes interculturais de saúde, complexas espiritualidades, designs educacionais insubordinados, criações artísticas, diversidades gastronômicas, ordenamentos territoriais, negociações políticas e tradições intelectuais; pois as pessoas, comunidades e povos que experimentaram na própria pele a aliança entre racismo e capital de nenhuma forma foram passivos frente ao despotismo, ao despojo e às pretensões globais de controle supremacista, mas de forma criativa –e em diferentes áreas– questionaram e transgrediram tanto o sistema de dominação como as tecnologias hegemônicas de governo.

Também é importante destacar que a formação de poder que une racismo e capital se articulou com doutrinas produzidas como discursos oficiais pelas potências imperiais metropolitanas e pelas *elites criollas* coloniais; esse dispositivo operou como uma razão colonial de estado entre os séculos XVI e XIX. Essas doutrinas se manifestaram em códigos negros, processos inquisitoriais e judiciais, retóricas civilizadoras e estereótipos discriminatórios que mobilizaram práticas de violência legitimadas tanto institucionalmente quanto no senso comum contra pessoas racializadas e escravizadas; por isso, *a crueldade racista é uma modalidade de violência política*, não apenas uma

questão moral. Posteriormente, entre o final do século XIX e início do XX, as teorias eugenésicas de estado articularam heranças coloniais, legados escravistas, discursos biológicos e tecnologias biopolíticas de governo para redesenhar práticas de violência política novamente em escala planetária.

Nesse horizonte histórico, os repertórios da violência foram diferenciados, em relação aos exercidos contra corpos, povos e paisagens que se representam como expressão da branquitude, porque os marcadores e estereótipos atribuídos às entidades racializadas geralmente mobilizam –por parte de seus perpetradores– o exercício da crueldade, com base na mais absoluta discriminação. Recentemente, após a queda do Muro de Berlim, a emergência do multiculturalismo redesenhou formas simbólicas associadas à classificação populacional a partir tanto das políticas de identidade quanto do exotismo étnico. Essas formulações neoliberais deixaram de lado a discussão, transformação e reparação histórica das desigualdades experimentadas como efeito combinado do racismo estrutural, sistêmico e multidimensional, das heranças coloniais e dos legados escravistas, mercantilizando as identidades historicamente excluídas.

Isso teve uma inflexão significativa que inaugura um novo momento mundial com o assassinato de George Floyd, sufocado por mãos policiais na rua (paradoxalmente, esse assassinato foi perpetrado no dia da “comemoração da África”, 25 de maio de 2020), o que reviveu na esfera pública global as imagens da crueldade escravista e pós-escravista reproduzidas nas redes sociais digitais e atçou pelo menos a indignação, insubordinação e protesto, refundando, por um lado, o fortalecimento do racismo anti-negro, assim como a presença renovada e publicamente legitimada da *Ku Klux Klan* sob o governo de Donald Trump (2017-2021) e, por outro lado, o antirracismo radical liderado pelo movimento *Black Lives Matter*.

Hoje, enquanto na América Latina e no Caribe vive-se uma luta por reparações históricas –com resultados ínfimos–, no Mediterrâneo, no Congo, no Sudão e na Palestina (outro povo racializado) ocorrem genocídios explícitos, ao mesmo tempo que se avança na

exigência de uma nova *Década Afrodescendente* nas Nações Unidas. No entanto, nos Estados Unidos da América, desmonta-se paulatinamente o conjunto de ações afirmativas conquistadas após as massivas mobilizações sociais pelos direitos civis que foram realizadas nos anos 50 e 60 do século passado. Em outras palavras, o multiculturalismo não atendeu às reparações históricas exigidas por diferentes pessoas, comunidades e povos afrodescendentes, resultando na encenação global de uma violência política que se agravou.

Agora, por que levantar esse problema contemporâneo no âmbito da *Revista Cuadernos del Caribe*? Neste número, assumimos a concepção do Caribe como um meta-arquipélago proposta por Antonio Benítez Rojo ([1989] 1998). Em outras palavras, trata-se de um território singular em que os acontecimentos que ali ocorrem mobilizam efeitos globais e não apenas regionais; da mesma forma, os designs globais têm repercussões locais no Caribe, pois, como dizia Juan Bosch, o Caribe é uma fronteira imperial ([1981] 2009). Nesse sentido, não se define apenas por sua dimensão geomorfológica, mas se organiza com base em um horizonte planetário. Em consequência, os espectros do Caribe podem ser encontrados como derivações situadas em outros territórios do sistema-mundo, são fragmentos que excedem a esfera imediata da região. De modo que existem espectros do Caribe localizados em diferentes continentes e arquipélagos do mundo, assim como fragmentos de outros continentes e arquipélagos que estão presentes no Caribe, traçando o que Édouard Glissant chamou de uma poética da relação e uma vocação de síntese ([1981] 2005, [1989] 1998 e [1997] 2006). Abordar o racismo, a violência política e as práticas afrodiaspóricas de libertação a partir dos estudos caribenhos implica situar o debate no lugar de enunciação tanto de sua emergência histórica quanto de sua convergência e derivações contemporâneas no sistema-mundo.

Por isso, a edição 30 da revista *Cuadernos del Caribe* do Instituto de Estudos Caribenhos da *Universidad Nacional da Colombia* convoca contribuições de artigos de pesquisa e reflexão com enfoques disciplinares, inter ou transdisciplinares, e até mesmo

indisciplinadas, sobre a relação entre racismo, violência política e práticas afrodiaspóricas de libertação, nos quais noções como economia, cultura, educação, saúde, gênero, território, sociedade e artes, entre outras, são consideradas transversais em relação aos seguintes eixos problematizadores:

1. Cartografia das práticas afrodiaspóricas de libertação
2. Migrações, desterros, exílios e geopolítica global
3. Conflitos armados, desigualdades socioculturais e interseccionalidade
4. Segregação urbana e violência policial
5. Violência epistêmica, multiculturalismo e pensamento antirracista

## Bibliografía

Allen, Richard (2014). *European slave trading in the Indian Ocean, 1500 - 1850*. Ohio. Ohio University Press.

Balibar, Etienne y Wallerstein, Immanuel ([1988] 1991). *Raza, nación y clase*. Madrid. Iepala.

Benitez, Antonio ([1989] 1998). *La isla que se repite*. Barcelona. Casipoea

Bosch, Juan ([1981] 2009). *De Cristóbal Colón a Fidel Castro. El Caribe como frontera imperial*. México. Fundación Juan Bosch.

Clarence-Smith, William (edit.) (1989). *The economics of the Indian Ocean slaved trade in the Nineteenth century*. London. Rutledge.

Collins, Robert (2008). "The african slave trade to Asia and the Indian Ocean islands" em Jayasuriya da Silva, Shihan y Angenot Jean-Pierre (edit.) *Uncovering the history of africans in Asia*. Boston. Brill.

- Glissant, Édouard ([1981] 2005). *El discurso antillano*. Caracas. Monte Ávila.
- ([1990] 2017). *Poética de la relación*. Buenos Aires. Universidad Nacional de Quilmes.
- ([1997] 2006). *Tratado del Todo-Mundo*. Barcelona. El cobre.
- Hunwick, John (2008). “Black slaves in the Mediterranean world: introduction to a neglected aspect of the african diaspora” em *Slavery and abolition. A journal of slave and post-slave studies*, pp. 5-38.
- James, Cyril Lionel Robert ([1938] 2003). *Los jacobinos negros. Toussaint L'Ouverture y la revolución de Haití*. Buenos Aires. Fondo de Cultura Económica.
- Quijano, Aníbal (2014). “Colonialidad del poder y clasificación social” em *Cuestiones y horizontes. Antología esencial. De la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires. Clacso pp. 285-330.
- Robinson, Cedric ([1983] 2019). *Marxismo negro. La formación de la tradición radical negra*. Madrid. Traficantes de sueños.
- Segato, Rita Laura (2007). *La nación y sus otros. Raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad*. Buenos Aires. Prometeo.
- Williams, Eric ([1979] 2010). *De Colón a Castro: la historia del Caribe, 1492-1969*. Ciudad de México. Instituto Mora.
- ([1944] 2011). *Capitalismo y esclavitud*. Madrid. Traficantes de sueños.
- Zapata, Manuel ([1997] 2020). *La rebelión de los genes: el mestizaje americano en la sociedad futura*. Cali. Universidad del Valle.
- ([1989] 2020). *Las claves mágicas de América. Raza, clase y cultura*. Cali. Universidad del Valle.